

---

***QMC Telecom do Brasil  
Cessão de Infraestrutura S.A.  
e empresas controladas***

*Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas em  
31 de dezembro de 2019  
e relatório do auditor independente*

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas  
QMC Telecom do Brasil Cessão de  
Infraestrutura S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

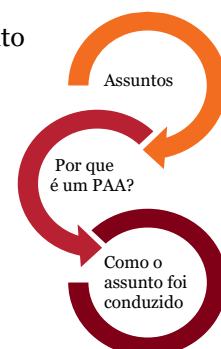
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e da QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A.

---

## Porque é um PAA

## Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

---

### Adoção do CPC 06(R2) - "Arrendamentos"

Conforme descrito na Nota 2.20 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e empresas controladas adotaram o CPC 06(R2) - "Arrendamentos" a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, que permite que as informações comparativas de períodos anteriores não sejam reapresentadas. A adoção dessa nova norma deu origem a ativos de direito de uso de R\$ 247.901.542 e passivos de arrendamento de R\$ 247.784.640 nas demonstrações financeiras individuais, e ativos de direito de uso de R\$ 258.054.735 e passivos de arrendamento de R\$ 257.966.828 nas demonstrações financeiras consolidadas.

A adoção inicial do novo pronunciamento contábil foi considerada como um principal assunto de auditoria devido a sua complexidade e relevância, uma vez que envolveu (i) análise de volume significativo de contratos de arrendamento, (ii) adaptações de sistemas de informação, e, (iii) o uso de julgamento significativo da administração na definição da taxa incremental de juros de financiamento, além da adoção dos expedientes práticos trazidos pela nova norma, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (a) Entendimento dos controles internos relevantes relacionados ao processo de captura dos contratos, identificação dos arrendamentos, mensuração, registro e divulgação dos arrendamentos.
- (b) Discussão das principais premissas e dos expedientes práticos utilizados pela administração para mensuração do passivo financeiro de arrendamento e o direito de uso dos ativos, bem como das contabilizações efetuadas.
- (c) Avaliação, com o apoio de nossos especialistas, da taxa de desconto utilizada pela administração para adoção inicial da referida norma.
- (d) Recálculo dos valores apurados pela administração e, para uma amostra de contratos, conferência das informações originais dos contratos, aditivos de contratos, cancelamentos e mensuração do passivo por arrendamento nos "aniversários" dos contratos.
- (e) Revisão das divulgações em notas explicativas.

Com base nos procedimentos executados, consideramos que os critérios e as principais premissas e estimativas utilizadas pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

---

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.




QMC Telecom do Brasil Cessão de  
Infraestrutura S.A.

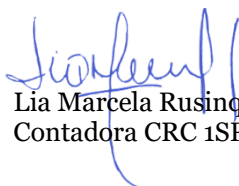
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2020

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

  
Lia Marcela Rusinque Fonseca  
Contadora CRC 1SP291166/O-4

**QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e Empresas controladas**  
 Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro  
 Em R\$ (Reais)

		<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
		<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>ATIVO</b>					
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>					
Caixa e Equivalentes a Caixa	(4)	15.779.519	22.169.485	28.311.175	22.255.534
Contas a Receber	(8)	12.680.568	12.068.045	17.162.818	12.466.894
Partes Relacionadas	(20)	0	37.427	0	37.427
Impostos e contribuições a recuperar		459.076	152.187	1.141.334	152.187
Despesas Antecipadas	(5)	48.085	33.540	74.526	33.540
Adiantamentos a Fornecedores	(6)	1.068.958	451.344	4.725.365	451.839
Outros Ativos	(7)	73.321	217.877	136.337	217.877
Total do ativo circulante	(2.21)	30.109.527	35.129.905	51.551.556	35.615.298
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
Contas a Receber	(8)	293.404	271.750	293.404	271.750
Partes Relacionadas	(20)	412.311	192.222	0	151.620
Receitas a Faturar	(8) (9)	10.959.243	7.562.589	18.307.704	7.562.589
Outros Ativos não Circulantes		1.880.833	2.490.833	1.881.354	2.490.833
Ativo Imobilizado	(10)	372.937.516	351.015.534	535.923.991	380.526.657
Ativos de direito de uso	(11)	256.586.547	0	262.441.757	0
Investimento em Empresa Controlada	(12)	141.990.757	16.120.618	0	0
Total do ativo não circulante		785.060.611	377.653.545	818.848.210	391.003.449
Total do ativo		815.170.138	412.783.451	870.399.766	426.618.747
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>					
Contas a Pagar	(13)	9.950.471	12.463.732	13.163.100	12.613.723
Provisões e outras contas a pagar	(14)	7.757.950	5.779.782	9.420.775	5.940.371
Partes Relacionadas	(20)	9.491	2.027	9.491	2.027
Obrigações trabalhistas	(15)	5.322.512	5.239.922	7.926.350	5.384.232
Passivos de arrendamento	(11)	44.965.067	-	47.300.116	-
Impostos a Pagar	(16)	877.896	1.711.556	1.542.924	1.866.372
Outros Passivos		14.945	1.123.818	80.478	1.128.818
Total do passivo circulante	(2.21)	68.898.332	26.320.837	79.443.234	26.935.543
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
Empréstimo local	(17)	0	74.285.609	0	81.331.864
Debêntures	(17)	220.000.000	0	220.000.000	0
Passivos de arrendamento	(11)	223.952.710	0	227.689.961	0
Provisão para desmobilização	(18)	6.790.521	5.332.170	8.119.797	5.332.170
Partes Relacionadas	(19)	35.375.815	32.258.561	76.731.283	38.432.897
Total do passivo não circulante		486.119.046	111.876.340	532.541.042	125.096.931
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital Social Integralizado	(21)	355.212.000	355.212.000	355.212.000	355.212.000
Capital Social a Integralizar		-20.316.569	-51.158.339	-20.316.569	-51.158.339
Prejuízos acumulados		-74.742.670	-29.467.388	-74.742.670	-29.467.389
		260.152.761	274.586.273	260.152.761	274.586.272
Capital Social a Integralizar		0	0	-24.990	0
Prejuízos acumulados		0	0	-1.712.281	0
Participação dos não controladores		0	0	-1.737.271	0
Total do patrimônio líquido		260.152.761	274.586.273	258.415.490	274.586.272
Total do passivo e patrimônio líquido		815.170.138	412.783.451	870.399.766	426.618.747

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e Empresas controladas**  
Demonstrações do Resultado  
Exercícios findos em 31 de Dezembro  
Em R\$ (Reais)

		<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
		<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>(22)</b>	109.269.365	87.819.783	114.378.082	87.819.783
Custos com Depreciação e Amortização		(49.726.632)	(22.743.574)	(49.422.371)	(22.874.130)
Custos de Operação	<b>(23)</b>	(5.332.187)	(40.563.035)	(5.599.160)	(37.018.156)
<b>CUSTOS DE OPERAÇÃO</b>		<u>(55.058.819)</u>	<u>(63.306.609)</u>	<u>(55.021.531)</u>	<u>(59.892.285)</u>
<b>LUCRO BRUTO</b>		54.210.546	24.513.174	59.356.551	27.927.496
Participação nos lucros das controladas	<b>(12)</b>	2.861.322	1.728.843	0	-
Impairment em participações de controlada	<b>(12)</b>	(25.562.817)	-	(25.562.817)	-
Perdas com baixas de ativos fixos		(1.807.611)	(3.242.149)	(1.950.390)	(3.290.020)
Despesas gerais e administrativas	<b>(23)</b>	(28.689.843)	(22.197.419)	(33.326.501)	(22.948.362)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL</b>		<u>1.011.596</u>	<u>802.448</u>	<u>(1.483.157)</u>	<u>1.689.113</u>
<b>RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS</b>					
Outras receitas, líquidas		29.285	-	23.672	-
Receitas Financeiras	<b>(26)</b>	440.251	588.847	545.903	628.804
Despesas Financeiras	<b>(26)</b>	(46.756.414)	(4.890.678)	(44.167.364)	(5.437.807)
<b>DESPESAS FINANCEIRAS, LÍQUIDAS</b>		<u>(46.286.879)</u>	<u>(4.301.830)</u>	<u>(43.597.790)</u>	<u>(4.809.003)</u>
<b>PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		(45.275.282)	(3.499.382)	(45.080.947)	(3.119.889)
Imposto de renda e contribuição social	<b>(24)</b>	-	-	603.611	379.493
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>		<u>(45.275.282)</u>	<u>(3.499.382)</u>	<u>(45.684.558)</u>	<u>(3.499.382)</u>
<b>Total controladora</b>				(45.275.282)	(3.499.382)
<b>Total não controladora</b>				(409.276)	-
				<u>(45.684.558)</u>	<u>(3.499.382)</u>
<b>Quantidade de ações:</b>		29.601	29.601	29.601	29.601
<b>PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO</b>		(1.530)	(118)	(1.543)	(118)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e Empresas controladas**  
Demonstrações do resultado abrangente  
Exercício findos em 31 de dezembro  
Em R\$ (Reais)

---

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>	<u>(45.275.282)</u>	<u>(3.499.382)</u>	<u>(45.684.558)</u>	<u>(3.499.382)</u>
<b>Outros componentes do resultado abrangente</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u>(45.275.282)</u>	<u>(3.499.382)</u>	<u>(45.684.558)</u>	<u>(3.499.382)</u>
<b>Atribuível a</b>				
Controladora			(45.275.282)	(3.499.382)
Participação de não controladores			<u>(409.276)</u>	<u>-</u>
			<u>(45.684.558)</u>	<u>(3.499.382)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e Empresas controladas**  
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
 Em R\$ (Reais)

	<b>Atribuível aos acionistas da Controladora</b>			<b>Patrimônio Líquido dos Acionistas da Controladora</b>	<b>Participação dos não Controladores</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>
	<b>Capital social</b>	<b>Capital a Integralizar</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>			
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>355.212.000</b>	<b>-51.158.339</b>	<b>-25.968.006</b>	<b>278.085.655</b>		<b>278.085.655</b>
Prejuízo do exercício			-3.499.382	-3.499.382		<b>-3.499.382</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>355.212.000</b>	<b>-51.158.339</b>	<b>-29.467.388</b>	<b>274.586.273</b>	<b>0</b>	<b>274.586.273</b>
Capital Integralizado		30.841.770		30.841.770		30.841.770
Aquisição de subsidiária				0	-1.327.995	-1.327.995
Prejuízo do exercício			-45.275.282	-45.275.282	-409.276	-45.684.558
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>355.212.000</b>	<b>-20.316.569</b>	<b>-74.742.670</b>	<b>260.152.761</b>	<b>-1.737.271</b>	<b>258.415.490</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e Empresas controladas**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de Dezembro**  
**Em R\$ (Reais)**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>				
Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(45.275.282)	(3.499.382)	(45.080.947)	(3.119.888)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e Amortização	(10) (11) 50.294.058	23.203.347	52.914.252	23.333.902
Créditos de liquidação duvidosa	(9.132)	(153.789)	(9.132)	(153.789)
Perda na Alienação de Ativos	1.807.611	3.242.149	1.950.390	3.242.149
Provisão para desmobilização	(18) 1.458.351	477.661	1.881.731	477.661
Participação nos lucros da Controlada	(12) (2.861.322)	(1.728.843)	(0)	-
Impairment em participações das controladas	(12) 25.562.817	-	25.562.817	-
Alterações nos Ativos e Passivos Operacionais				
Diminuição (Aumento) no Ativo:				
Contas a Receber de Clientes	(603.390)	(3.101.769)	(1.450.899)	(3.287.726)
Impostos a Recuperar	(306.889)	(54.961)	(871.083)	(54.961)
Partes Relacionadas	37.427	(19.502)	37.427	(19.502)
Receitas a Faturar	(3.396.654)	(2.543.510)	(3.931.881)	(2.543.510)
Outros Ativos	(119.346)	2.230.389	(4.631.478)	1.586.492
Aumento (Diminuição) no Passivo:				
Contas a Pagar e Provisões	12.477.194	3.141.628	11.615.388	3.348.591
Salários e Relacionados a Pagar	90.054	1.112.739	(95.937)	1.257.049
Outros Passivos	649.065	3.474.885	749.190	3.568.409
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:	<u>39.804.562</u>	<u>25.781.043</u>	<u>38.639.839</u>	<u>27.634.878</u>
Juros pagos	(13.012.287)	(1.426.947)	(15.212.853)	(1.729.498)
Juros pagos arrendamento mercantil	(10.845.460)	-	(12.814.341)	-
Impostos pagos	-	-	(603.611)	(379.493)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	<u>(23.857.747)</u>	<u>(1.426.947)</u>	<u>(28.630.806)</u>	<u>(2.108.991)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:</b>				
Aquisição de controlada, líquida do caixa adquirido	-	-	13.693.256	-
Investimento no imobilizado	(10) (53.438.562)	(85.193.790)	(75.679.038)	(99.499.255)
Investimento em Empresa controlada	(12) (117.729.864)	(3.350.000)	0	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(171.168.426)</u>	<u>(88.543.790)</u>	<u>(61.985.781)</u>	<u>(99.499.255)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:</b>				
Empréstimos e financiamentos obtidos - Intercompany	(19) 3.117.254	10.709.695	4.968.288	13.444.678
Empréstimos e financiamentos obtidos - Local	(17) 145.714.391	74.285.609	53.064.100	81.331.864
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<u>148.831.645</u>	<u>84.995.304</u>	<u>58.032.388</u>	<u>94.776.542</u>
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(6.389.966)</b>	<b>20.805.609</b>	<b>6.055.641</b>	<b>20.803.173</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, Início do Exercício	<u>22.169.485</u>	<u>1.363.876</u>	<u>22.255.534</u>	<u>1.452.361</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, Final do Exercício	<u>15.779.519</u>	<u>22.169.485</u>	<u>28.311.175</u>	<u>22.255.534</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e Empresas controladas**

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro 2019

Em R\$ (Reais)

---

### **1. Contexto Operacional**

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. (“QMC Telecom” ou “Companhia”) foi constituída em 17 de Maio de 2011. A Companhia desenvolve, adquire, opera e gerencia macro sites, *roof tops* e *small cells* no Brasil e tem como principal acionista QMC Telecom Brazil, L.P.

Durante o exercício de 2013, a Companhia investiu em uma nova empresa, Paraná Terras Ltda, que é 99,99% controlada pela mesma. A principal atividade da Paraná Terras Ltda é de compra e venda ou arrendamento de imóveis, bem como a locação dos mesmos à terceiros.

No final de Outubro de 2019, a sócia QMC Telecom Brazil, L.P. cedeu e transferiu 2.570 quotas de sua titularidade para a QMC DAS Brazil, L.P., que ingressou assim na sociedade assumindo todos os direitos e obrigações constantes no Contrato Social. Por sua vez, a QMC DAS Brazil, L.P. integralizou as 2.570 quotas em bens, mediante a contribuição das 3.084.177 quotas que detém do capital social da QMC DAS do Brasil Cessão de Infraestrutura Ltda., que foi constituída em 11 de Março de 2014, tendo como objeto o desenvolvimento, aquisição, operação e gerenciamento de infraestruturas e sistemas de antenas distribuídas *indoor* e *outdoor* para telecomunicações no Brasil. Com esta transação, a QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. passa a ter 99,99% das quotas da empresa QMC DAS do Brasil Cessão de Infraestrutura Ltda.

Além disso, por conta desta cessão e transferência com posterior contribuição de quotas da empresa QMC DAS do Brasil Cessão de Infraestrutura Ltda., a QMC Telecom do Brasil passa a ter participação de 51% em uma empresa controlada pela QMC DAS citada anteriormente denominada QUEST Telecomunicações do Brasil Ltda., que tem por objeto explorar serviços de comunicação multimídia prestados no âmbito nacional e internacional e prestação de serviços de acesso à internet. Os demais 49% desta empresa pertencem à QMC DAS Brazil, L.P.

Considerando as transações acima descritas, passamos a chamar a Companhia e suas controladas de “Grupo”.

Também em Outubro de 2019 ocorreu a transformação do tipo jurídico da Sociedade, de sociedade limitada para sociedade anônima, que passará a ser regulada pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Desta maneira, ocorreu então a alteração da denominação social da Sociedade para QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 27 de março de 2020.

## **2. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

#### **(a) Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

#### **(b) Demonstrações financeiras individuais**

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

### **2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019 e tiveram impactos materiais para o Grupo:

- CPC 06(R2) – “Arrendamentos”: com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar de fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores

ficam substancialmente mantidos. Os efeitos de adoção inicial desta nova norma e os expedientes práticos empregados estão detalhados na Nota 11.

- ICPC 22 – “Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda”: essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos.

A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pelo Grupo nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

As normas elencadas a seguir também foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019, mas não tiveram impactos materiais para a Companhia:

- CPC 32 – “Tributos sobre o Lucro” – esclarece que os efeitos tributários (impostos sobre a renda) sobre distribuições de dividendos relacionados a instrumentos financeiros classificados no patrimônio líquido, devem seguir a classificação das transações ou eventos passados que geraram os lucros distribuíveis. Este requerimento é aplicável para todos os efeitos de imposto de renda relacionadas a dividendos, incluindo distribuições cujos tratamentos contábeis sejam similares a dividendos, como exemplo: juros sobre capital próprio.
- CPC 20 – “Custos de Empréstimos”: a alteração esclarece que, se um empréstimo específico permanecer em aberto após o correspondente ativo qualificável estar pronto para o uso ou venda (conforme o caso), ele se tornará parte dos empréstimos gerais para fins de determinação dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização em outros ativos qualificáveis, para os quais não existam empréstimos específicos.
- CPC 15 – “Combinação de Negócios”: esclarece que a obtenção de controle sobre um negócio que anteriormente era uma operação conjunta (sob IFRS 11) da adquirente, é uma combinação de negócios em estágios (step-acquisition). Dessa forma, a adquirente deve remensurar a participação anteriormente detida na operação conjunta ao valor justo, na data da aquisição.
- CPC 19 – “Negócios em Conjunto”: esclarece que, quando uma entidade obtém o controle conjunto de um negócio que é uma operação conjunta, ela não remensura as participações anteriormente detidas nessa operação conjunta.
- Alterações no CPC 33 – “Benefícios a Empregados”: a alteração especifica que, quando ocorrer um evento de alteração, redução ou liquidação de um plano de benefício definido, a entidade deve atualizar as premissas anteriormente utilizadas e remensurar o custo de serviço corrente e os juros líquidos pelo período remanescente, após as modificações.
- Alterações no CPC 19 – “Investimento em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto”: O CPC 48 exclui de seu escopo participações societárias em coligadas e empreendimentos conjuntos, os quais são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial de acordo com o CPC 18. A alteração ao CPC 18

esclareceu que a referida exclusão de escopo no CPC 48 se aplica apenas aos elementos dos investimentos que forem contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Dessa forma, a contabilização de instrumentos financeiros de longo prazo com uma coligada ou joint venture que, em substância, fazem parte do investimento líquido nessas investidas, mas para os quais o método de equivalência patrimonial não se aplica, deve seguir os requerimentos do CPC 48.

## **2.3 Consolidação**

### **(a) Demonstrações financeiras consolidadas**

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

#### **Controladas**

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre Companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre Companhias do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

## **2.4 Conversão de moeda estrangeira**

### **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

### **(b) Operações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas na moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício, são reconhecidos na demonstração do resultado, em rubrica de receitas e despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

## 2.5 Gestão de risco financeiro

As atividades do Grupo podem o expor a alguns riscos financeiros, tais como risco de crédito e risco de liquidez:

- i. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.  
Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.  
Com relação ao Contas a receber de clientes e ativos de contratos, o Grupo aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos. A demonstração destas perdas está na Nota Explicativa 8.
- ii. Sob o aspecto do risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

## 2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

## 2.7 Ativos financeiros

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

## 2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que as empresas do Grupo não receberão todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber por aluguel de infraestrutura para telefonia celular no curso normal das atividades do Grupo de um número relativamente pequeno de inquilinos no setor de telecomunicações. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

São também registradas líquidos de provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionados com perdas estimadas resultantes do não recebimento dos valores pelo pagamento dos clientes. Estas provisões são geralmente estimadas com base em padrões de pagamento, vencimentos das faturas e pagamentos recebidos históricos e incorporam mudanças nas condições econômicas que podem não ser refletidas nos montantes históricos, tais como clientes em falência, liquidação ou reorganização. Recebíveis são baixados contra perdas quando eles são identificados como incobráveis. Tal determinação inclui análise e consideração das condições particulares de cada conta.

## 2.9 Receitas a faturar

As receitas a faturar do Grupo estão associados com locações de inquilinos não canceláveis que contêm cláusulas de escalonamento fixo sobre os termos do contrato de locação aplicável, em que a receita é reconhecida pelo método linear durante o prazo da locação.

## 2.10 Ativo Imobilizado

Torres, roof tops, DAS e small cells são registrados ao custo de aquisição acrescidos dos custos de desmobilização, conforme determina o CPC 27 - "Ativo Imobilizado", deduzido das depreciações acumuladas. Estes equipamentos têm sua vida útil revisada anualmente. A depreciação dos bens é calculada usando o método linear considerando os seus respectivos valores residuais, durante a vida útil estimada, conforme abaixo:

	<u>Anos</u>
Torres e <i>roof tops</i>	13 a 25
DAS	duração do contrato
Small Cells	duração do contrato
Computadores e periféricos	5
Equipamentos de comunicação	5
Veículos	5
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	duração do contrato



Assim como a vida útil, os valores residuais dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, anualmente. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

## **2.11 Ativo Intangível**

São compostos por direito de superfície da controlada Paraná Terras e direito de exploração de site. Tais intangíveis são amortizados de acordo com o prazo de contrato assinado entre QMC/Paraná Terras e a proprietária do espaço.

Outra modalidade de Intangível que o Grupo possui são os direitos de implantação e exploração de sistemas de cobertura indoor em Shoppings, Hospitais e instituições de ensino no Brasil. Tais intangíveis são amortizados de acordo com o prazo de contrato assinado entre QMC e a proprietária do espaço, de acordo com a entrega de cada sistema / empreendimento.

## **2.12 Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

## **2.13 Contas a Pagar**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

## **2.14 Empréstimos e Debêntures**

Os empréstimos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos, pois não é possível a identificação exata da parcela que poderia ser diretamente atribuída à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos.

#### **2.15 Provisão para desmobilização**

A provisão é constituída tendo como base os custos estimados a incorrer na desmobilização de torres e roof tops instalados em imóveis alugados de terceiros, de forma a registrar a melhor estimativa, a valor de mercado, do montante de recursos necessários, para desmobilização do ativo.

#### **2.16 Provisões**

As provisões são constituídas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, por meio de aplicação de uma taxa de desconto acrescida dos efeitos de impostos sobre o lucro, que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é contabilizado como despesa financeira.

#### **2.17 Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido**

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Neste caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

#### **2.18 Capital social**

As quotas (2018) e ações (2019) são classificadas no patrimônio líquido.

## **2.19 Reconhecimento da receita**

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo.

A receita é reconhecida quando o serviço/aluguel é prestado. A receita da Companhia de arrendamento mercantil, incluindo cláusulas de inflação fixas presentes em contratos de arrendamento, é reportada linearmente ao longo do prazo dos contratos de arrendamento quando a receita é razoavelmente assegurada. As cláusulas de escalabilidade ligadas a índices baseados na inflação e outros incentivos presentes em contratos de arrendamento com os clientes do Grupo são excluídos do cálculo linear.

Com relação a receita de aluguel de terreno/espaco será constituída após o pagamento pela QMC ao proprietário do mesmo, isto é, ocorre primeiro o pagamento do custo para depois a Companhia reconhecer a receita deste reembolso.

## **2.20 Arrendamentos**

Conforme explicado na Nota 2.2, o Grupo mudou a política contábil para arrendamentos nos quais o Grupo é o arrendatário.

Até 31 de dezembro de 2018, os arrendamentos nos quais o Grupo detinha substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, eram classificados como arrendamentos financeiros. Estes eram capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento era alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, fosse obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, eram incluídas em empréstimos. Os juros das despesas financeiras eram reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento. O ativo imobilizado adquirido em arrendamentos financeiros era depreciado ao longo da vida útil do ativo ou ao longo da vida útil do ativo e o prazo do arrendamento, dos dois o menor, se não houvesse certeza razoável de que o Grupo iria obter a posse sobre o ativo no final do prazo do arrendamento.

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais, quando o Grupo não detinha substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) eram reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período.

A receita de arrendamentos operacionais quando o Grupo atua como arrendador, é reconhecida pelo método linear como receita durante o período do arrendamento. Os custos diretos iniciais incorridos na obtenção de um arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil do ativo subjacente e reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento, na mesma base que a receita de arrendamento. Os respectivos ativos arrendados são incluídos no balanço patrimonial com base em sua natureza. O Grupo não identificou a necessidade de ajustes na contabilização dos seus ativos arrendados a terceiros como resultado da adoção da nova norma para arrendamentos.

## **A) Adoção inicial do novo pronunciamento contábil de arrendamento**

### **CPC 06 (R2) - Arrendamentos**

O Grupo adotou o CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019 utilizando a abordagem retrospectiva modificada como método de transição. As informações do período comparativo não foram rerepresentadas e portanto continuam a ser reportadas conforme o CPC 06 (R1) e ICPC 03. O impacto da adoção do CPC 06 (R2) está divulgado na nota explicativa 11.

#### **i. Definição de arrendamento**

Anteriormente, o Grupo avaliava no início do contrato se um contrato é ou contém um arrendamento conforme requerimentos do CPC 06 (R1) e ICPC 03 porém o CPC 06 (R2) traz uma nova perspectiva sobre o conceito de arrendamento.

Na transição para o CPC 06 (R2), o Grupo optou por aplicar o expediente prático na avaliação dos arrendamentos. Aplicou o CPC 06 (R2) somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) e ICPC 03 não foram reavaliados para saber se há um arrendamento. Por conseguinte, a definição de arrendamento conforme o CPC 06 (R2) foi aplicada apenas aos contratos celebrados ou alterados em ou após 1 de janeiro de 2019.

#### **ii. Aplicação como arrendatário**

De acordo com o CPC 06 (R2), a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para todos os contratos que sejam ou contenham arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial -, exceto para contratos que se encaixem nos critérios de arrendamento de curto prazo ou arrendamento de ativo de baixo valor, caso a Companhia opte por utilizar a isenção de aplicação prevista no CPC 06 (R2).

#### **iii. Contratos classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 (R1)**

Na transição, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa incremental de empréstimo do Grupo em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados pelo montante igual ao passivo de arrendamento, ajustado pela quantia de qualquer pagamento antecipado ou acumulado do arrendamento reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 – o Grupo aplicou esta abordagem a todos os arrendamentos.

A Companhia utilizou os seguintes expedientes práticos ao aplicar o CPC 06 (R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 (R1):

- Aplicou uma taxa de desconto única a uma carteira de arrendamentos com características semelhantes;

- Aplicou a isenção para não reconhecer ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos com prazo remanescente inferior a 12 meses a partir da data de transição;
- Contabilizou componentes de não arrendamento embutidos nas parcelas de arrendamento como parte do passivo de arrendamento e ativo de direito de uso.

#### **iv. Aplicação como arrendadora**

Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

#### **v. Impactos nas demonstrações financeiras**

Na data de transição (1º de janeiro de 2019) para cumprir com a adoção do novo requerimento CPC 06 (R2), o Grupo registrou em seu balanço patrimonial, referente a contratos de arrendamento:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Ativo de direito de uso	247.901.542	258.054.735
Passivo de arrendamento	(247.784.640)	(257.966.828)

O mapa de movimentação dos saldos de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento estão apresentados na nota explicativa 11.

## **B) Principais políticas contábeis**

### **i. Arrendamentos**

*Política aplicável a partir de 01 de Janeiro de 2019*

Na celebração de um novo contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é ou contém um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo avalia se:

- O contrato envolve o uso de um ativo identificado. O ativo pode ser identificado de forma explícita ou implícita, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver um direito de substituição do ativo substancial, então o ativo não é identificado;
- O Grupo tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período de uso; e
- O Grupo tem o direito de direcionar o uso do ativo. O Grupo tem esse direito quando possui os direitos de decisão que são mais relevantes para alterar como e para qual finalidade o ativo é utilizado. Em casos específicos em que a decisão sobre como e para qual finalidade o ativo é usado está predeterminada no contrato, o Grupo tem o direito de direcionar o uso do ativo se:
  - O Grupo tem o direito de operar o ativo; ou
  - O Grupo projetou o ativo de uma maneira que predetermina como e com que finalidade ele será usado.

No início ou na reavaliação de um contrato que contém componentes de arrendamento e componentes de não arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente com base em seus preços individuais relativos. Se o Grupo conclui, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então cada componente de arrendamento e quaisquer componentes de não arrendamento associados são contabilizados como um único componente de arrendamento.

*a) Aplicação como arrendatária*

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento para todos os contratos que são ou contém um arrendamento exceto para arrendamentos com prazo inferior a 12 meses ou arrendamentos cujo valor do ativo subjacente, quando novo, é igual ou inferior a R\$ 20 mil. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado por quaisquer pagamentos de arrendamento feitos até a data de início e quaisquer custos diretos iniciais incorridos.

O ativo do direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear pelo prazo do contrato de arrendamento. Além disso, o ativo do direito de uso periodicamente pode ser reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado em decorrência de remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento ainda não realizados na data de início, descontados usando a taxa de incremental de empréstimo.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na substância;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa;
- Valores referentes ao exercício de uma opção de compra caso o Grupo esteja razoavelmente certa de que esta opção será exercida;
- Pagamentos em um período de renovação opcional se o Grupo tiver razoavelmente certo de exercer esta opção de prorrogação; e
- Multas pelo término antecipado de um arrendamento, caso a multa seja executável e o Grupo esteja razoavelmente certa de rescindir o arrendamento antes do término do prazo.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos e descontado a uma taxa incremental de empréstimo. O passivo de arrendamento é remensurado quando existe qualquer alteração nos pagamentos futuros de o arrendamento, resultante de uma alteração no índice ou taxa (como em casos de reajuste de parcelas por inflação), se houver uma alteração na estimativa do Grupo do valor que se espera pagar com uma garantia de valor residual, ou se o Grupo alterar o seu valor de avaliação da possibilidade de exercer uma opção de compra, extensão ou rescisão.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa forma, é feito um ajuste correspondente a essa remensuração no saldo contábil do ativo de direito de uso, ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso estiver reduzido para zero.

*Arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor*

O Grupo optou por exercer a opção de não reconhecer o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (contratos que possuem um prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (ativos que, quando novos, apresentam valor do ativo subjacente igual ou inferior a R\$ 20 mil. O Grupo

reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos como despesa no resultado do exercício em base linear pelo prazo do arrendamento.

#### *Pagamento de alugueis fixo em essência*

Foram identificados alguns contratos cujo valor do pagamento da locação está atrelado ao faturamento obtido dos clientes que utilizam o site. Entretanto, apesar do pagamento estar estruturado de forma variável, não existe variação genuína do pagamento uma vez que este está atrelado ao pagamento mensal efetuado pelo cliente que utiliza a estrutura instalada no local, sendo este valor fixo ao longo do tempo. Desta forma, o pagamento é fixo em essência pois o valor a ser pago mensalmente não varia mensalmente, variando apenas quando ocorre reajuste no valor por atualização monetária por exemplo.

#### *Opção de renovação dos contratos*

Os arrendamentos firmados pelo Grupo incluem, principalmente, terrenos arrendados e espaços em terraços de edifícios para a instalação de torres de comunicação para o setor de telefonia móvel. Esses contratos possuem a possibilidade de renovação automática do prazo de locação na maioria dos casos pelo Arrendatário.

Entre os fatos observados pela Administração no que diz respeito a renovação estão:

- Geralmente o prazo do contrato com o cliente diretamente atrelado ao site arrendado é inferior ao prazo de contrato de locação do site;
- Apesar da existência de cláusulas de renovação automática, o departamento jurídico do Grupo irá trabalhar com ação renovatória do contrato antes da data de término da vigência;
- Até a data de emissão desta demonstração financeira, tivemos poucos casos de renovação do contrato com cliente para os sites já existentes.

#### *Taxa de desconto*

Para calcular o valor presente dos fluxos de pagamentos futuros dos contratos de arrendamento, o CPC 06 R2 orienta se seja utilizada a taxa de juros implícita no arrendamento, quando essa for prontamente identificável, ou a taxa juros incremental de empréstimo do arrendatário.

O Grupo utiliza taxas incrementais de empréstimos para descontar os fluxos de caixa futuros referentes a pagamentos de arrendamentos. O Grupo realizou um avaliação do risco de crédito de empresas pertencentes ao Grupo QMC global, utilizando-se do modelo de classificação de crédito da S&P (Standard and Poors) e em seguida, calculou o risco de crédito garantido do Grupo, através dos métodos de corte e da taxa de recuperabilidade. A taxa resultante foi comparada às curvas de rentabilidade das taxas de juros livres de risco em Dólares Americanos, e assim foram determinados os spreads de crédito do Grupo. Para trazer esse cálculo para o cenário brasileiro, os spreads de crédito foram ajustados pelo índice DI.

As taxas incrementais de empréstimos estabelecidas pelo Grupo são as seguintes, para os intervalos de prazos apresentados:

<u>Prazo</u>	<u>Taxa de desconto (a.a.)</u>
1 - 5 anos	8,81% a 12,44%
5 - 11 anos	12,87% a 13,91%
<u>12 anos ou mais</u>	<u>14,04% a 14,37%</u>

#### *b) Aplicação como arrendadora*

A receita é reconhecida quando o serviço/aluguel é prestado. A receita do Grupo de arrendamento mercantil, incluindo cláusulas de inflação fixas presentes em contratos de arrendamento, é reportada linearmente ao longo do prazo dos contratos de arrendamento quando a receita é razoavelmente assegurada. As cláusulas de escalabilidade ligadas a índices baseados na inflação e outros incentivos presentes em contratos de arrendamento com clientes do Grupo são excluídos do cálculo linear.

Com relação à receita de aluguel de terreno/espço será constituída após o pagamento pela QMC ao proprietário mesmo, isto é, ocorre o primeiro pagamento do custo para depois o Grupo reconhecer a receita deste reembolso.

### **2.21 Ativo circulante comparado com Passivo circulante**

Em 2019 o Ativo circulante da Controladora foi de R\$30.109.527 e o Passivo circulante, de R\$68.898.332. No Consolidado o Ativo circulante foi de R\$51.551.556 e o Passivo circulante de R\$79.443.234.

Isto ocorre devido a adoção do CPC 06 R2 de Arrendamentos, que traz a obrigatoriedade do reconhecimento em seu passivo do valor dos contratos, que somaram ao final de 2019 um montante de R\$44.965.067 na Controladora e R\$47.300.116 no Consolidado.

Não fosse pela adoção do CPC 06 R2, o Ativo Circulante seria superior ao Passivo Circulante.

### **2.22 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor**

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2019. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Estrutura Conceitual:** em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros, substituindo a versão anterior, emitida em 2010. As principais mudanças foram:
  - Aumento da proeminência da gestão no objetivo da preparação de relatórios financeiros;
  - Restabelecimento da prudência como um componente de neutralidade;
  - Definição de entidade;
  - Revisão das definições de ativo e passivo;
  - Remoção do parâmetro de probabilidade para reconhecimento e inclusão de orientações sobre desreconhecimento;
  - Inclusão de orientações sobre bases diferentes de mensuração; e
  - Afirmação de que o resultado é o principal indicador de desempenho e que, em princípio, as receitas e despesas em outros resultados abrangentes deveriam ser reciclados quando isso aprimorar a relevância ou a apresentação fiel das demonstrações financeiras.

Nenhuma mudança será feita nas normas atuais. Contudo, as entidades que utilizarem a Estrutura Conceitual para determinar suas políticas contábeis para transações, eventos ou condições que não sejam abordados por nenhuma norma



específica deverão aplicar a Estrutura Conceitual revisada a partir de 1º de janeiro de 2020. As entidades devem considerar se suas políticas contábeis continuam adequadas de acordo com a Estrutura Conceitual revisada.

- **Alterações ao IAS 1 "*Presentation of Financial Statements*" e IAS 8 "*Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*"**: em outubro de 2018, o IASB emitiu a definição de "material" e fez alterações pertinentes no IAS 1 e IAS 8, cuja versão revisada possui data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020. A definição de "material" ajuda as entidades a determinarem se as informações sobre um item, transação ou um outro evento qualquer, devem ser fornecidas aos usuários das demonstrações financeiras. No entanto, nem sempre essa definição é objetiva, sendo necessário fazer julgamentos sobre a materialidade na preparação das demonstrações financeiras. As alterações efetuadas alinham a redação da definição de material em todas as normas do IFRS, incluindo a Estrutura Conceitual.
- **Alterações ao IFRS 3 "*Business Combinations*"**: em outubro de 2018, o IASB emitiu alteração ao IFRS 3 sobre a definição de "negócio", que possui data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2020.  
A alteração efetuada (i) confirma que um negócio deve incluir inputs e processos relevantes, que em conjunto contribuem de forma significativa para a criação de outputs; (ii) disponibiliza teste que auxilia na análise sobre se uma empresa adquiriu um grupo de ativos e não um negócio; e (iii) estreita as definições de outputs, cujo foco passa a ser geração de retorno por meio de produtos fornecidos e serviços prestados a clientes, excluindo geração de retornos sob a forma de redução de custos e outros benefícios econômicos.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

### 3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

O Grupo faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo.

(a) **Créditos de liquidação duvidosa** (Redução ao valor recuperável de contas a receber)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas por departamento responsável, e de acordo com o estágio de cobrança, é estimado um montante de provisão a ser constituída, que pode representar um percentual do título de acordo com o histórico ou sua totalidade.

**(b) Provisão para desmobilização**

O Grupo efetua o cálculo a estimativa para amortização da provisão de desmobilização tendo como base os estudos realizados por seus engenheiros e especialistas, que levam em consideração dados da indústria e estimativas do período de desmobilização das torres, roof tops e sistemas DAS.

**(c) Baixa de Imobilizado em Andamento**

O Grupo efetua a análise mensal de seu imobilizado em andamento observando o estágio de cada projeto. A política para análise da elegibilidade de baixa para perda inclui uma análise pelas diretorias Comercial e Operações. Consideram o estágio para definir se o projeto deverá ou não ser baixado como perda.

**(d) Determinação do prazo de arrendamento**

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de galpões, lojas de varejo e equipamentos, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

- Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que o Grupo irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão).
- Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que o Grupo irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.
- Adicionalmente, o Grupo considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a disrupção nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado.

A maioria das opções de prorrogação em arrendamentos de escritórios e veículos não foi incluída no passivo de arrendamento porque o Grupo pode substituir estes ativos sem custo significativo ou interrupção nos negócios.

**4. Caixa e Equivalentes a Caixa**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixas e bancos	1.699	1.345	7.288	1.355
Aplicações Financeiras	<u>15.777.819</u>	<u>22.168.140</u>	<u>28.303.887</u>	<u>22.254.180</u>
	15.779.519	22.169.485	28.311.175	22.255.534

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações de renda fixa, por meio de Certificados de Depósito Bancário (CDB) que oferecem uma rentabilidade que aumenta

conforme o prazo de permanência dos recursos aplicados. A rentabilidade é diária e atrelada à taxa do DI (taxa média dos depósitos interfinanceiros, calculada e divulgada diariamente pela CETIP), com vencimento menor que 90 dias.

## 5. Despesas Antecipadas

Refere-se a desembolso de caixa ou obrigações em que os benefícios correspondentes serão aplicadas ao Grupo ao longo do tempo. São reconhecidas como despesas mensalmente conforme sua utilização.

## 6. Adiantamentos a Fornecedores

Refere-se a adiantamentos realizados a fornecedores diversos, não relacionados diretamente à construção de novas torres ou DAS.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fornecedores	1.068.958	451.344	4.725.365	451.839
	<u>1.068.958</u>	<u>451.344</u>	<u>4.725.365</u>	<u>451.839</u>

## 7. Outros Ativos

Referem-se a valores de adiantamento a funcionários.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Funcionários	73.321	217.877	136.337	217.877
	<u>73.321</u>	<u>217.877</u>	<u>136.337</u>	<u>217.877</u>

## 8. Contas a Receber

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contas a receber circulante	14.793.934	14.190.544	19.280.345	14.589.393
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>-2.113.367</u>	<u>-2.122.499</u>	<u>-2.117.527</u>	<u>-2.122.499</u>
Contas a receber circulante	12.680.568	12.068.045	17.162.818	12.466.894
Receitas a faturar	10.959.243	7.562.589	18.307.704	7.562.589
Depósito garantia	<u>293.404</u>	<u>271.750</u>	<u>293.404</u>	<u>271.750</u>
Contas a receber não circulante	11.252.646	7.834.338	18.601.108	7.834.338

As contas a receber de clientes tem a seguinte composição por idade de vencimento em 31 de dezembro de 2019 e 2018, e não incluem receitas a faturar e depósito em garantia:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Títulos a vencer	10.365.622	10.345.037	13.799.191	10.743.886
Títulos vencidos até 30 dias	1.573.958	1.197.210	1.858.448	1.197.210
Títulos vencidos de 31 a 60 dias	441.741	158.860	552.813	158.860
Títulos vencidos de 61 a 90 dias	220.174	82.358	264.439	82.358
Títulos vencidos de 91 a 120 dias	88.787	140.726	253.118	140.726
Títulos vencidos de 121 a 150 dias	30.481	34.492	128.087	34.492
Títulos vencidos de 151 a 180 dias	0	45.010	346.917	45.010
Títulos vencidos a mais de 181 dias	2.073.171	2.186.850	2.077.331	2.186.850
	<u>14.793.934</u>	<u>14.190.544</u>	<u>19.280.345</u>	<u>14.589.393</u>

A política de provisão para crédito de liquidação duvidosa consiste na provisão de títulos vencidos há mais de 180 dias. São estimadas com base em padrões de pagamento, vencimentos das faturas e pagamentos recebidos históricos e incorporam mudanças nas condições econômicas que podem não ser refletidas nos montantes históricos, tais como clientes em falência, liquidação ou reorganização.

A movimentação do saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Saldo inicial	-2.122.499	-2.276.288	-2.122.499	-2.276.288
Adições	-53.630	-64.923	-74.935	-64.923
Baixas	62.762	218.711	79.907	218.711
Saldo final	<u>-2.113.367</u>	<u>-2.122.499</u>	<u>-2.117.527</u>	<u>-2.122.499</u>

## 9. Receitas a faturar

O Grupo possui contratos de longo prazo assinados com os seus clientes, onde em alguns casos há cláusulas de período de carência (desconto). Esta carência está descrita em cada contrato, e cada um possui um período e percentuais definidos.

Por se tratarem de contratos de aluguel de longo prazo, o reconhecimento da receita até 2018 seguiram os preceitos descritos no CPC 06 (R1) - Operação de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 – Aspectos complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, isto é, o Grupo reconheceu a receita de forma linear com base na duração dos contratos que possuem a cláusula do período de carência. A partir de 2019, seguiu-se os preceitos descritos no CPC 06 (R2) – Arrendamentos, isto é, o Grupo reconheceu a receita de forma linear com base na duração dos contratos que possuem a cláusula do período de carência.

O valor das Receitas a faturar está ilustrada no quadro demonstrativo da Nota 8 Contas a Receber.

## 10. Ativo Imobilizado e Intangível

	Depreciação / Amortização Taxa Anual	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Torres	(a)	451.147.261	406.299.888	451.147.261	406.299.888
Small Cells	(a)	116.039	116.039	577.504	116.039
DAS	(a)	0	0	91.787.954	0
Benfeitorias em Propr. Terceiros	(a)	676.909	676.909	676.909	676.909
Móveis e Utensílios	10%	637.743	520.395	645.529	520.395
Equipamentos de Informática	20%	964.096	702.670	1.077.597	702.670
Veículos	20%	969.352	498.552	969.352	498.552
Outros Ativos	10%	60.117	47.950	872.194	47.950
Software	20%	970.493	520.982	1.475.987	520.982
Intangível	(d)	40.000	40.000	1.003.700	40.000
		<u>455.582.008</u>	<u>409.423.385</u>	<u>550.233.987</u>	<u>409.423.385</u>
(-) Depreciação/Amortização Acumulada		-107.337.889	-77.879.556	-123.033.390	-77.879.556
<b>Total</b>		<u>348.244.119</u>	<u>331.543.830</u>	<u>427.200.596</u>	<u>331.543.830</u>
Imobilizado em Andamento	(c)	24.534.687	19.312.993	65.134.554	20.101.637
Terrenos		158.711	158.711	26.915.094	20.433.637
Direito de Superfície	(b)	0	0	17.117.214	8.597.803
(-) Amortização Acum. Direito Sup.		0	0	-443.468	-150.250
		<u>372.937.516</u>	<u>351.015.534</u>	<u>535.923.991</u>	<u>380.526.657</u>

- (a) Os materiais das Torres e sistemas DAS que podem ser reutilizados são depreciados em 300 meses (25 anos). Todos os outros equipamentos são depreciados conforme cada contrato de locação.
- (b) O Direito de Superfície é uma concessão atribuída pelo proprietário do terreno a terceiros, para construção e utilização durante certo tempo, salvo para realização de obra no subsolo a não ser que inerente ao objeto da concessão, mediante pagamento de valor fixo à vista. São amortizados de acordo com o período de cada contrato.
- (c) O imobilizado em andamento refere-se a materiais e serviços que serão utilizados na construção de novos sites (torres/small cells/DAS operacionais).
- (d) O intangível que é relacionado às torres, que não podem ser reutilizados são amortizados de acordo com o período de contrato de aluguel. Quando analisamos o Consolidado, temos o direito de implantação e exploração de sistemas de cobertura indoor e outdoor (DAS), que são amortizados de acordo com o prazo de contrato assinado entre QMC e proprietária do espaço.

<b>CONTROLADORA</b>	<b>Torres Small Cells DAS</b>	<b>Benfeitorias</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Hardware</b>	<b>Veículos</b>	<b>Outros Ativos</b>	<b>Software</b>	<b>Terrenos e Direito de Superfície</b>	<b>Intangível</b>	<b>Imobilizado em Andamento</b>	<b>Total</b>
<b>Custo</b>											
Em 01 de janeiro de 2018	318.057.037	408.860	419.164	440.957	498.552	41.350	376.150	158.711	40.000	27.002.710	347.443.490
Adições	367.505	251.439	101.232	270.654	0	6.600	145.149	0	0	84.051.288	85.193.868
Transferências	89.867.009	16.610	0	0	0	0	0	0	0	-89.883.619	0
Baixas	-1.875.624	0	0	-8.941	0	0	-318	0	0	-1.857.387	-3.742.269
Em 31 de dezembro de 2018	406.415.927	676.909	520.395	702.670	498.552	47.950	520.982	158.711	40.000	19.312.993	428.895.089
Adições	973.090	0	117.347	273.642	603.800	12.167	449.511	0	0	51.031.505	53.461.062
Transferências	44.367.801	0	0	0	0	0	0	0	0	-44.367.801	0
Baixas	-493.519	0	0	-12.217	-133.000	0	0	0	0	-1.442.010	-2.080.745
Em 31 de dezembro de 2019	451.263.299	676.909	637.743	964.096	969.352	60.117	970.493	158.711	40.000	24.534.687	480.275.406
<b>Depreciação e amortização acumulados</b>											
Em 01 de janeiro de 2018	-51.726.770	-379.054	-120.647	-210.710	-319.141	-7.635	-182.836	0	-1.412	0	-52.948.205
Depreciação/amortização anual	-24.968.797	-57.014	-43.290	-100.173	-69.798	-4.277	-185.298	0	-2.824	0	-25.431.471
Depreciação/amortização acumulada de ativos baixados	494.246	0	0	5.847	0	0	26	0	0	0	500.120
Em 31 de dezembro de 2018	-76.201.321	-436.068	-163.937	-305.035	-388.939	-11.913	-368.108	0	-4.235	0	-77.879.556
Depreciação/amortização anual	-29.138.718	-103.218	-60.517	-134.565	-59.722	-5.663	-203.742	0	-2.824	0	-29.708.968
Depreciação/amortização acumulada de ativos baixados	107.752	0	0	9.882	133.000	0	0	0	0	0	250.634
Em 31 de dezembro de 2019	-105.232.287	-539.285	-224.455	-429.717	-315.661	-17.576	-571.850	0	-7.059	0	-107.337.889
<b>Valor contábil</b>											
Em 31 de dezembro de 2018	330.214.606	240.841	356.458	397.636	109.613	36.037	152.874	158.711	35.765	19.312.993	351.015.534
Em 31 de dezembro de 2019	346.031.012	137.624	413.288	534.379	653.691	42.541	398.643	158.711	32.941	24.534.687	372.937.516

<b>CONSOLIDADO</b>	<b>Torres Small Cells DAS</b>	<b>Benfeitorias</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Hardware</b>	<b>Veículos</b>	<b>Outros Ativos</b>	<b>Software</b>	<b>Terrenos e Direito de Superfície</b>	<b>Intangível</b>	<b>Imobilizado em Andamento</b>	<b>Total</b>
<b>Custo</b>											
Em 01 de janeiro de 2018	318.057.037	408.860	419.164	440.957	498.552	41.350	376.150	14.142.594	40.000	28.374.973	362.799.636
Adições	367.505	251.439	101.232	270.654	0	6.600	145.149	14.934.204	0	83.470.184	99.546.968
Transferências	89.867.009	16.610	0	0	0	0	0	0	0	-89.883.619	0
Baixas	-1.875.624	0	0	-8.941	0	0	-318	-45.358	0	-1.859.901	-3.790.141
Em 31 de dezembro de 2018	406.415.927	676.909	520.395	702.670	498.552	47.950	520.982	29.031.440	40.000	20.101.638	458.556.463
Adições	1.390.714	0	117.347	278.028	603.800	122.379	449.511	7.523.851	0	65.215.907	75.701.537
Adições por transação entre empresas	82.429.926	0	7.787	109.115	0	701.864	505.494	0	963.700	42.648.487	127.366.373
Transferências	53.769.671	0	0	0	0	0	0	7.477.017	0	-61.246.688	0
Baixas	-493.519	0	0	-12.217	-133.000	0	0	0	0	-1.584.789	-2.223.525
Em 31 de dezembro de 2019	543.512.719	676.909	645.529	1.077.597	969.352	872.194	1.475.987	44.032.308	1.003.700	65.134.554	659.400.849
<b>Depreciação e amortização acumulados</b>											
Em 01 de janeiro de 2018	-51.726.770	-379.054	-120.647	-210.710	-319.141	-7.635	-182.836	-19.932	-1.412	0	-52.968.137
Depreciação/amortização anual	-24.968.797	-57.014	-43.290	-100.173	-69.798	-4.277	-185.298	-130.318	-2.824	0	-25.561.789
Depreciação/amortização acumulada de ativos baixados	494.246	0	0	5.847	0	0	26	0	0	0	500.120
Em 31 de dezembro de 2018	-76.201.321	-436.068	-163.937	-305.035	-388.939	-11.913	-368.108	-150.250	-4.235	0	-78.029.806
Depreciação/amortização anual	-30.769.097	-103.218	-60.647	-138.202	-59.722	-18.279	-255.417	-293.218	-18.600	0	-31.716.399
Depreciação/amortização acumulada adicionada por transação entre empresas	-13.397.377	0	-260	-24.857	0	-116.886	-287.378	0	-154.529	0	-13.981.287
Depreciação/amortização acumulada de ativos baixados	107.752	0	0	9.882	133.000	0	0	0	0	0	250.634
Em 31 de dezembro de 2019	-120.260.044	-539.285	-224.844	-458.211	-315.661	-147.078	-910.902	-443.468	-177.365	0	-123.476.858
<b>Valor contábil</b>											
Em 31 de dezembro de 2018	330.214.606	240.841	356.458	397.636	109.613	36.037	152.874	28.881.190	35.765	20.101.638	380.526.658
Em 31 de dezembro de 2019	423.252.675	137.624	420.685	619.386	653.691	725.116	565.085	43.588.840	826.335	65.134.554	535.923.991

As adições de imobilizado contém a provisão para desmobilização de ativos, no montante de R\$979.565 (2018 - R\$118.562) na Controladora e R\$1.397.189 (2018 - R\$118.562) no Consolidado. O motivo desta adição ser menor em 2018 é que tivemos a desmontagem de 8 torres ao longo de 2019.

## 11. Arrendamentos

Os arrendamentos firmados pela entidade incluem, principalmente, terrenos arrendados e espaços em terraços de edifícios para a instalação de torres de comunicação para o setor de telefonia móvel, e espaços para instalação de estruturas e sistemas de antenas distribuídas *indoor* e *outdoor* para telecomunicações.

Informações sobre os arrendamentos para os quais o Grupo é arrendatária são apresentadas abaixo:

### a) Ativo de direito de uso

	<b>Controladora</b>			
	<b>Adoção inicial em 01.01.2019</b>	<b>Novos contratos/ Reajustes</b>	<b>Depreciação no exercício (Resultado)</b>	<b>2019</b>
Greenfield	173.162.283	23.640.953	(16.554.905)	180.248.331
Rooftop	74.651.918	8.902.608	(7.294.024)	76.260.502
Estruturas Indoor/Outdoor DAS	-	-	-	-
Small Cell	87.341	3.694	(13.319)	77.715
	<u>247.901.542</u>	<u>32.547.255</u>	<u>(23.862.249)</u>	<u>256.586.547</u>

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Adoção inicial em 01.01.2019</b>	<b>Novos contratos/ Reajustes</b>	<b>Depreciação no exercício (Resultado)</b>	<b>2019</b>
Greenfield	144.263.829	13.063.714	(13.813.589)	143.513.954
Rooftop	74.235.190	5.690.153	(7.178.945)	72.746.399
Estruturas Indoor/Outdoor DAS	39.468.375	11.576.696	(4.941.383)	46.103.689
Small Cell	87.341	3.694	(13.319)	77.715
	<u>258.054.735</u>	<u>30.334.258</u>	<u>(25.947.236)</u>	<u>262.441.757</u>

### b) Passivo de Arrendamento

	<b>Controladora</b>				
	<b>Adoção inicial em 01.01.2019</b>	<b>Novos contratos/ Reajustes</b>	<b>Juros apropriados no exercício (Resultado)</b>	<b>Baixa por pagamento</b>	<b>2019</b>
Greenfield	(173.046.189)	(23.640.953)	(23.461.495)	31.163.571	(188.985.066)
Rooftop	(74.651.110)	(8.902.608)	(9.972.577)	13.675.366	(79.850.930)
Estruturas Indoor/Outdoor DAS	-	-	-	-	-
Small Cell	(87.341)	(3.694)	(10.400)	19.654	(81.781)
	<u>(247.784.640)</u>	<u>(32.547.255)</u>	<u>(33.444.472)</u>	<u>44.858.591</u>	<u>(268.917.776)</u>

	<b>Consolidado</b>				
	<b>Adoção inicial em 01.01.2019</b>	<b>Novos contratos/ Reajustes</b>	<b>Juros apropriados no exercício (Resultado)</b>	<b>Baixa por pagamento</b>	<b>2019</b>
Greenfield	(144.216.209)	(13.060.862)	(18.957.045)	25.667.366	(150.566.749)
Rooftop	(74.234.382)	(5.624.532)	(9.747.217)	13.403.083	(76.203.048)
Estruturas Indoor/Outdoor DAS	(39.428.896)	(11.576.696)	(5.546.209)	8.413.304	(48.138.498)
Small Cell	(87.341)	(3.694)	(10.400)	19.654	(81.781)
	<u>(257.966.828)</u>	<u>(30.265.784)</u>	<u>(34.260.871)</u>	<u>47.503.407</u>	<u>(274.990.076)</u>



*Segregação entre circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2019*

	<b>Greenfield</b>	<b>Rooftop</b>	<b>Estruturas Indoor/Outdoor DAS</b>	<b>Small Cell</b>	<b>Controladora Total</b>
Circulante	(31.386.375)	(13.559.824)	-	(18.868)	(44.965.067)
Não circulante	(157.598.691)	(66.291.106)	-	(62.913)	(223.952.710)
	(188.985.066)	(79.850.930)	-	(81.781)	(268.917.776)

	<b>Greenfield</b>	<b>Rooftop</b>	<b>Estruturas Indoor/Outdoor DAS</b>	<b>Small Cell</b>	<b>Consolidado Total</b>
Circulante	(25.385.760)	(13.033.449)	(8.862.039)	(18.868)	(47.300.115)
Não circulante	(125.238.747)	(63.111.842)	(39.276.459)	(62.913)	(227.689.961)
	(150.624.507)	(76.145.291)	(48.138.498)	(81.781)	(274.990.076)

*Cronograma de vencimento dos pagamentos de arrendamento brutos*

	<b>31/12/2019</b>	
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
2020	48.186.338	50.660.524
2021	48.020.224	50.501.918
2022	47.611.071	50.046.833
2023	47.151.546	49.271.337
2024	45.561.824	47.554.836
2024 em diante	289.047.671	269.272.967
	525.578.674	517.308.413

*Montante reconhecido no resultado*

	<b>31/12/2019</b>	
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Juros sobre passivos de arrendamento	(33.444.472)	(34.260.871)
Depreciação de ativo de direito de uso	(23.862.249)	(25.947.236)
	(57.306.721)	(60.208.107)

*Montante reconhecido na Demonstração de Fluxo de Caixa*

	<b>31/12/2019</b>	
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Total de saída de caixa para arrendamentos	10.845.460	12.814.341
	10.845.460	12.814.341

Este montante se apresenta líquido dos juros sobre os passivos.

(i) *Direito potencial de recuperação de PIS/COFINS*

O quadro abaixo apresenta o direito potencial de recuperação de PIS e COFINS embutidos nas parcelas de arrendamento que o Grupo possui:

	<b>Controladora</b>	
	<b>Nominal</b>	<b>Ajustado a valor presente</b>
Contraprestação do arrendamento	525.578.674	268.917.776
PIS/COFINS potencial (9,25%)	48.616.027	24.874.894

	<b>Consolidado</b>	
	<b>Nominal</b>	<b>Ajustado a valor presente</b>
Contraprestação do arrendamento	517.308.413	274.990.076
PIS/COFINS potencial (9,25%)	47.851.028	25.436.582

(ii) *Passivo de arrendamento considerando o efeito da inflação futura projetada*

	<b>Controladora</b>			
	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
Passivo de arrendamento				
Contábil CPC 06 R2	268.917.776	255.023.488	239.427.006	222.152.087
Fluxo com projeção de inflação	279.674.487	275.170.344	267.383.700	256.278.700
Variação	4,00%	7,90%	11,68%	15,36%

	<b>Consolidado</b>			
	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
Passivo de arrendamento				
Contábil CPC 06 R2	274.990.076	259.114.711	241.276.229	221.519.773
Fluxo com projeção de inflação	285.989.679	279.584.773	269.448.848	255.549.252
Variação	4,00%	7,90%	11,68%	15,36%

## 12. Investimento em empresa controlada

A participação societária direta no Grupo em controlada, avaliada pelo método de equivalência patrimonial é demonstrada a seguir:

<b>Controlada</b>	<b>Controladora 2019</b>			<b>Controladora 2018</b>		
	<b>Investimento</b>	<b>% de participação</b>	<b>Quantidade de quotas</b>	<b>Investimento</b>	<b>% de participação</b>	<b>Quantidade de quotas</b>
Paraná Terras Ltda	39.741.253	99,99%	2.436.690	16.120.618	99,99%	899.999
QMC DAS do Brasil C.I. Ltda	95.001.195	99,99%	3.084.178	0	0,00%	0
Quest Telecomunicações	7.248.309	51,00%	100.000	0	0,00%	0
	<u>141.990.757</u>			<u>16.120.618</u>		

	<b>Controladora</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Em 1º de janeiro	16.120.618	11.041.775
Paraná Terras Ltda.		
Aporte de capital	18.684.864	3.350.000
Equivalência Patrimonial	4.935.771	1.728.844
QMC DAS do Brasil Cessão de Infraestrutura Ltda.		
Aporte de capital	91.796.691	0
Equivalência Patrimonial	-2.074.449	0
Aquisição de subsidiária (a)	5.278.953	0
QUEST Telecomunicações do Brasil Ltda.		
Aporte de capital	7.248.309	0
Em 31 de dezembro	<u>141.990.757</u>	<u>16.120.618</u>

Os investimentos entre empresas referem-se a aportes de capital efetuados nos montantes acima.

(a) A Companhia passa a ser controladora da QMC DAS do Brasil C.I. Ltda, através de uma cessão de quotas de Capital Integralizado de R\$30.841.770, reconhecendo o patrimônio líquido da subsidiária em Outubro de 2019 por R\$5.278.953, e a diferença como Impairment no resultado pelo montante de R\$25.562.817.

Seguem abaixo a demonstração das principais informações financeiras das controladas:

	<b>31/12/2019</b>				<b>31/12/2018</b>			
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>
<b>Controladas diretas</b>								
Paraná Terras Ltda	45.285.227	7.361.694	37.923.533	3.118.052	29.955.914	13.835.297	16.120.617	1.728.844
QMC DAS do Brasil C.I. Ltda	184.586.087	89.584.883	95.001.205	-10.670.639				
Quest Telecomunicações	6.040.379	2.086.520	3.953.859	-3.545.450				

### 13. Contas a Pagar

Esta rubrica é composta por contas a pagar a Fornecedores recorrentes do Grupo referentes à construção das torres, à manutenção da Companhia e contas a pagar referente à Locação de Terrenos onde as Torres estão instaladas.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Fornecedores a Pagar	5.785.236	9.061.924	8.430.317	9.211.915
Proprietários de Terrenos a Pagar	<u>4.165.236</u>	<u>3.401.808</u>	<u>4.732.784</u>	<u>3.401.808</u>
Total de Contas a Pagar	9.950.471	12.463.732	13.163.100	12.613.723

O Grupo arrenda diversos contratos de arrendamento operacional. Os termos do arrendamento são de um e cinco anos, e a maioria dos contratos de arrendamento é renovável no término do período de arrendamento à taxa de mercado.

### 14. Provisões e outras contas a pagar

Referentes à construção das torres, provisão de juros do empréstimo local com o Banco ING (2018) e Banco Itaú (2019) e também à manutenção das atividades do Grupo.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Imobilizado em Andamento	4.934.398	3.171.068	4.983.448	3.171.068
Despesas de empréstimo local	943.878	1.377.730	943.878	1.538.320
Manutenção de Sites	256.277	392.737	419.212	392.737
Honorários de Advogados	294.874	33.350	441.376	33.350
Honorários de Serv. Profissionais	681.744	113.092	1.702.829	113.092
Auditoria	0	250.214	0	250.214
Contingências	140.802	170.086	140.802	170.086
Outras Provisões Diversas	505.977	271.505	789.229	271.505
	<u>7.757.950</u>	<u>5.779.782</u>	<u>9.420.774</u>	<u>5.940.371</u>

## 15. Obrigações trabalhistas

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Obrigações trabalhistas a pagar	0	171.397	22.673	171.618
Provisão para Férias e Encargos	1.862.871	1.557.122	2.595.514	1.633.826
Provisão para Participação nos Resultados	3.459.640	3.511.402	5.308.163	3.578.788
	<u>5.322.512</u>	<u>5.239.922</u>	<u>7.926.350</u>	<u>5.384.232</u>

## 16. Impostos a Pagar

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Obrigações Fiscais a Recolher	0	1.085.188	204.428	1.215.871
Impostos Retidos a Recolher	350.936	278.124	540.612	284.795
Encargos Trabalhistas a Recolher	526.960	348.244	797.884	365.706
	<u>877.896</u>	<u>1.711.556</u>	<u>1.542.924</u>	<u>1.866.372</u>

## 17. Empréstimo local e debêntures

Os saldos de 2018 referem-se a um contrato de Financiamento assinado junto ao ING BANK N.V., filial de São Paulo, em 28 de dezembro de 2017. Os recursos foram utilizados integral e exclusivamente para financiar a construção, aquisição ou melhoria de torres, aquisição de imóveis ou pagamento de compromissos corporativos gerais aprovados previamente pelo credor. Este contrato possuía data de vencimento para 30 de dezembro de 2022.

Em 10 de outubro de 2019, a QMC Telecom se transformou em uma Sociedade Anônima, e assinamos um novo contrato para emissão de Debêntures com o Banco Itaú. O contrato tem por vigência 5 anos e taxa de juros de CDI + 2,8% a.a. Em sua primeira transação, fizemos a emissão de Debêntures no valor do total solicitado referente ao Financiamento anterior com o ING Bank, quitando assim a antiga operação que possuía saldos também em outras empresas do Grupo QMC.

Desta maneira, quando analisado o saldo de 2019, observamos o valor total da emissão de Debêntures, que substituiu o antigo contrato de Financiamento.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Empréstimo local	0	74.285.609	0	81.331.864
Debêntures	220.000.000	0	220.000.000	0
	<u>220.000.000</u>	<u>74.285.609</u>	<u>220.000.000</u>	<u>81.331.864</u>

O pagamento do valor principal irá iniciar em 31 de dezembro de 2021, com pagamentos trimestrais, e o último pagamento deverá ocorrer até 25 de novembro de 2024.

A Companhia está em cumprimento com os requerimentos do contrato de emissão de debênture em 31 de dezembro de 2019 e até a data de autorização destas demonstrações financeiras.

A emissão das debêntures tem como garantia os ativos do Grupo.

## 18. Provisão para desmobilização

O Grupo reconhece o valor justo das obrigações para remover os seus ativos e devolver o local/terreno locado da mesma maneira em que estava quando do fechamento do contrato de locação. Geralmente, os custos associados à retirada dos ativos são capitalizados como parte do valor contábil do ativo e depreciado de acordo com sua vida útil estimada e a obrigação é acumulada até a data estimada da liquidação do passivo.

O Grupo atualizou suas premissas usando uma estimativa da obrigação da retirada de seus ativos, que resultou em um aumento líquido durante o ano finalizado em Dezembro de 2019. Esta mudança resultou principalmente nas alterações de datas de liquidação e premissas do custo. O valor justo estimado da obrigação de retirada dos ativos geralmente envolvem descontos nas estimativas de fluxo de caixa futuro. O acréscimo periódico de tais passivos por conta desta alteração do tempo está incluído nas Despesas Gerais e Administrativas das Demonstrações Individuais e Consolidadas. Ajustes também foram realizados nas obrigações de retirada dos ativos para refletir mudanças nas estimativas de tempo e valores de fluxo de caixa esperados, com um ajuste de compensação feito em seu ativo tangível relacionado. As premissas significativas utilizadas na estimativa das obrigações de retirada de ativos são: tempo de retirada da torre; custo de retirada da torre; tempo e número de renovações de terrenos alugados; expectativa de inflação; e taxas de juros sem risco que se aproximam da taxa de endividamento incremental do Grupo.

As alterações no valor contábil das obrigações para retirada de ativos do Grupo foram as seguintes:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Saldo inicial - Obrigação de Retirada de Ativos	5.332.170	4.854.509	6.218.807	4.854.509
Obrigações Incorridas	545.175	975.608	976.517	975.608
Obrigações Liquidadas	(19.638)	(17.210)	(19.638)	(17.210)
Despesas Acumuladas	493.391	395.020	518.407	395.020
Revisão da Estimativa	454.028	(839.836)	440.310	(839.836)
Resultado de Torres desmontadas	(14.606)	(35.922)	(14.606)	(35.922)
Saldo final - Obrigação de Retirada de Ativos	<b>6.790.520</b>	<b>5.332.170</b>	<b>8.119.797</b>	<b>5.332.170</b>

## 19. Partes relacionadas com empresas no exterior – Passivo Não circulante

A composição das partes relacionadas (NC) em 31 de Dezembro era:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
QMC International Holding	3.348.364	652.379	4.202.172	652.379
QMC DAS LLC	0	0	2.958.812	0
QMC Telecom Brazil LP	32.027.451	31.606.182	38.284.105	37.780.518
QMC DAS Brazil LP	0	0	31.286.195	0
Total de Partes Relacionadas (NC)	35.375.815	32.258.561	76.731.283	38.432.897

Tais empréstimos de Longo Prazo com a QMC Telecom Brazil LP e a QMC DAS Brazil LP possuem uma taxa de juros de 1,15% a.a, com vencimento em 15 de Janeiro de 2023. Nenhum pagamento de juros foi ou será realizado até a data de vencimento.

## 20. Partes relacionadas com empresas locais

A Companhia possuía um saldo de transações com 2 de seus investidores, ativamente relacionados com a operação local.

Tais transações não são caracterizadas como remuneração, visto que a mesma é efetuada pelos controladores e não há repasse de valores à Companhia.

Adicionalmente, também possuía transações entre as Empresas Paraná Terras Ltda, QMC DAS do Brasil C.I. Ltda. e Quest Telecomunicações Ltda., que ao final do ano passaram a ser controladas pela QMC Telecom do Brasil C.I. Também com a Paraná Terras, a controladora possuía transações referentes a arrendamento, no valor de R\$5.768.487.

Segue a demonstração da distribuição dos valores:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Ativo Circulante</b>				
Investidores pessoas físicas	0	37.427	0	37.427
<b>Ativo Não Circulante</b>				
Paraná Terras Ltda.	24.848	40.602	0	0
QMC DAS do Brasil C.I. Ltda	322.587	151.620	0	151.620
Quest Telecomunicações Ltda.	64.876	0	0	0
	412.311	192.222	0	151.620
<b>Passivo Circulante</b>				
Investidores pessoas físicas	9.491	2.027	9.491	2.027

O pessoal-chave da Administração é composto pela diretoria executiva do Grupo. A remuneração desses profissionais está apresentada a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Benefícios de curto prazo - salários	1.650.669	1.501.845
Remuneração variável - bônus	538.986	629.399
Encargos sociais	417.304	381.029
	<u>2.606.959</u>	<u>2.512.273</u>

## 21. Capital Social

Em 31 de Dezembro de 2016, o Capital Social da Companhia integralizado era composto por 22.101 quotas, com valor nominal de R\$12.000 por ação. 99,88% das quotas são detidas pela QMC Telecom Brazil, L.P.

Na mesma data, há um valor de R\$21.660.491 registrado como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), que foi incorporado ao Capital Social mediante a 9ª Alteração do Contrato Social de 17 de fevereiro de 2017, registrado na JUCESP em 03 de Março de 2017.

Durante o ano de 2017 foram recebidos e integralizados recursos no valor total de R\$17.181.170, ficando ainda um saldo de capital a integralizar ao final do ano de R\$51.158.335.

Em 31 de Dezembro de 2017, o Capital Social da Companhia era composto por 29.601 quotas, com valor nominal de R\$12.000 por ação, que representa um aumento de R\$90.000.000 no capital da Companhia. 99,99% das quotas são detidas pela QMC Telecom Brazil, L.P.

Em 31 de Dezembro de 2018, o Capital Social da Companhia não sofreu alteração, permanecendo composto por 29.601 quotas, com valor nominal de R\$12.000 por ação. 99,99% das quotas são detidas pela QMC Telecom Brazil, L.P.

Do valor total do Capital Social em 31 de Dezembro de 2018 havia um montante de R\$51.158.335 de saldo de capital a integralizar, dos quais R\$30.840.000 foram integralizados de acordo com a 13ª Alteração do Contrato Social da QMC Telecom do Brasil C.I. Ltda, de 23 de Outubro de 2019, através da cessão e transferência de quotas realizada pela empresa QMC Telecom Brazil, L.P. para à QMC DAS Brazil, L.P., que ingressa assim na sociedade. Por sua vez, a QMC DAS Brazil, L.P. integralizou 2.570 quotas em bens, mediante a contribuição de 3.084.177 quotas que detém do capital social da QMC DAS do Brasil Cessão de Infraestrutura Ltda. na Companhia QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura Ltda., que passa então a deter 99,99% das quotas da QMC DAS do Brasil C.I. Ltda.

## 22. Receita Operacional Líquida

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Receita de locação de torres, rooftops, small cells e DAS	120.407.021	96.771.102	126.053.002	96.771.102
Impostos sobre receita de locação	<u>-11.137.656</u>	<u>-8.951.319</u>	<u>-11.674.919</u>	<u>-8.951.319</u>
Receita líquida	109.269.365	87.819.783	114.378.083	87.819.783

## 23. Despesas por natureza

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
Custo direto - Aluguel de terrenos	0	36.227.852	0	32.654.644
Custo direto - Reparos e manutenção das Torres/DAS	3.598.033	2.473.483	3.644.350	2.473.483
Custo direto - Energia elétrica das torres	2.040.450	1.859.173	2.270.568	1.859.173
Custo direto - Outros	11.528	2.526	74.570	30.856
Despesas com pessoal	15.327.872	13.425.878	17.575.251	13.925.380
Despesas de escritório	1.784.202	1.749.680	1.934.124	1.798.340
Despesas de viagens	1.119.724	810.591	1.349.037	842.310
Despesas com honorários profissionais	7.448.442	3.488.326	9.343.010	3.516.939
Despesas com impostos e taxas	956.577	1.667.167	968.065	1.801.079
Despesas com depreciação	567.427	459.772	635.484	459.772
Outras despesas	1.167.775	596.004	1.131.201	604.541
Total do custo das vendas, despesas com vendas e despesas administrativas	<u>34.022.030</u>	<u>62.760.453</u>	<u>38.925.660</u>	<u>59.966.517</u>

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
Custo da operação	5.332.187	40.563.035	5.599.160	37.018.156
Despesas gerais e administrativas	<u>28.689.843</u>	<u>22.197.419</u>	<u>33.326.501</u>	<u>22.948.362</u>
	34.022.030	62.760.453	38.925.660	59.966.517

## 24. Imposto de renda e contribuição social

(a) Demonstração do cálculo dos créditos tributários (encargos) com imposto de renda e contribuição social:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social - das operações continuadas	(45.275.282)	(3.499.382)	(45.080.947)	(3.119.889)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	15.393.596	1.189.790	15.327.522	1.060.762
Reconciliação para a alíquota efetiva				
Efeito de resultado de equivalência patrimonial	972.849	587.807	-	-
Imposto diferido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias não constituído	(2.324.980)	(1.617.533)	(2.432.311)	(1.617.533)
Ajuste do cálculo de controlada tributada pelo lucro presumido			1.675.291	337.342
Outras	<u>(14.041.465)</u>	<u>(160.064)</u>	<u>(15.174.113)</u>	<u>(160.064)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>0</u>	<u>(0)</u>	<u>(603.611)</u>	<u>(379.492)</u>
Corrente	-	-	603.611	379.493
Diferido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>0</u>	<u>(0)</u>	<u>0</u>	<u>0</u>

(b) Em 31 de dezembro de 2018, a Controladora possuía prejuízos fiscais acumulados no valor de R\$29.035.985, e em 31 de dezembro de 2019, R\$35.954.326, que poderão ser utilizados com lucros



tributáveis futuros limitados anualmente a 30% desses lucros. A Companhia não constituiu imposto diferido.

O valor de R\$14.041.465 na Controladora em 2019 refere-se basicamente a uma exclusão no cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social devido a adoção do CPC 06 R2 Arrendamentos.

## 25. Contingências

Em dezembro de 2019 o Grupo possui contingências passivas em andamento, cujas avaliações por seus assessores jurídicos foram consideradas de risco provável e registradas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, no montante total de R\$140.802. Em dezembro de 2018, o valor considerado para provisão foi de R\$170.086.

Além dessa, outras contingências cíveis foram avaliadas como possíveis em dezembro de 2019, e eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$ 911.527. Em 2018, este montante era de R\$775.811. Nestes casos, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Cível - Imobiliária	45.900	170.086	45.900	170.086
Trabalhista	94.902	0	94.902	0
	<u>140.802</u>	<u>170.086</u>	<u>140.802</u>	<u>170.086</u>

## 26. Resultado Financeiro

As despesas financeiras são substancialmente compostas pelos juros do empréstimo local, debêntures e de arrendamento mercantil.

As receitas financeiras são decorrentes de uma aplicação dos recursos obtidos deste empréstimo.

O detalhamento das despesas financeiras segue abaixo:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Juros de empréstimos e debêntures locais	13.188.435	4.098.556	14.339.618	4.561.696
Juros de empréstimos intercompany	421.269	406.125	572.402	484.807
Juros de arrendamento mercantil	32.483.616	0	28.595.390	0
Outros	663.095	385.997	659.956	391.304
	<u>46.756.414</u>	<u>4.890.678</u>	<u>44.167.364</u>	<u>5.437.807</u>

Os juros de arrendamento mercantil se apresentam líquidas da recuperação de pis e cofins.

## 27. Instrumentos Financeiros por categoria

	<u>Controladora</u>	
	<b>Ativos ao custo amortizado</b>	<b>Total</b>
31 de dezembro de 2018		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	12.068.045	12.068.045
Caixa e equivalentes de caixa	<u>22.169.485</u>	<u>22.169.485</u>
	<u>34.237.530</u>	<u>34.237.530</u>
31 de dezembro de 2019		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	12.680.568	12.680.568
Caixa e equivalentes de caixa	<u>15.779.519</u>	<u>15.779.519</u>
	<u>28.460.086</u>	<u>28.460.086</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<b>Ativos ao custo amortizado</b>	<b>Total</b>
31 de dezembro de 2018		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	12.466.894	12.466.894
Caixa e equivalentes de caixa	<u>22.255.534</u>	<u>22.255.534</u>
	<u>34.722.428</u>	<u>34.722.428</u>
31 de dezembro de 2019		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	17.162.818	17.162.818
Caixa e equivalentes de caixa	<u>28.311.175</u>	<u>28.311.175</u>
	<u>45.473.993</u>	<u>45.473.993</u>

<b>Controladora</b>		
	<b>Passivos ao custo amortizado</b>	<b>Total</b>
31 de dezembro de 2018		
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos	106.544.170	106.544.170
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	19.415.210	19.415.210
	<u>125.959.380</u>	<u>125.959.380</u>
31 de dezembro de 2019		
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e debêntures	255.375.815	255.375.815
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	16.150.879	16.150.879
	<u>271.526.694</u>	<u>271.526.694</u>
<b>Consolidado</b>		
	<b>Passivos ao custo amortizado</b>	<b>Total</b>
31 de dezembro de 2018		
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos	119.764.761	119.764.761
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	19.864.326	19.864.326
	<u>139.629.087</u>	<u>139.629.087</u>
31 de dezembro de 2019		
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e debêntures	296.731.283	296.731.283
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	22.632.375	22.632.375
	<u>319.363.658</u>	<u>319.363.658</u>

## 28. Eventos subsequentes

Durante os primeiros meses de 2020, o Coronavírus (COVID-19) se espalhou por todo o mundo, criando incertezas e interrupções no comércio internacional, o que poderia causar uma desaceleração econômica global e afetar adversamente várias indústrias.

Neste momento da história, ainda não está claro o impacto que pode trazer aos nossos negócios e mercado, tanto positivo quanto negativo.

Nosso comitê executivo e conselho de administração continuam avaliando e comunicando qualquer tipo de mudança que tenhamos para seus funcionários e toda a sua rede de negócios.

Atualmente, a QMC continua a operar normalmente e sem afetar a saúde e segurança de nossos funcionários e os possíveis impactos estão sendo avaliados diariamente pela administração para tomar todas as medidas apropriadas com o intuito de minimizar os efeitos negativos que podem surgir dessa situação durante o ano de 2020.

Os impactos dessa situação não afetaram as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

\*\*\*\*\*